



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Instituto Estadual de Florestas



TCE

MEMO.GAB/IEF/SISEMA nº 20 /14

Belo Horizonte, 22 de janeiro de 2014.

Para: Eduardo Henrique Alves de Paula
Superintendente de Planejamento, Orçamento e Finanças

Assunto: Prestação de Contas IEF/2013

Senhor Superintendente,

Tendo em vista instruir a prestação de contas do IEF relativa ao exercício de 2013, informamos que:

- No exercício de 2013 não houve nenhuma alteração estatutária do IEF;
- As cópias das atas do Conselho de Administração, referentes às reuniões ocorridas em 2013 seguem anexas;
- A análise e aprovação do demonstrativo de receita/despesa - 2013 do IEF será pauta de reunião do Conselho de Administração, prevista para o final do primeiro trimestre de 2014.

Atenciosamente,


Mariana de Paula e Souza Renan
Chefe de Gabinete do IEF

RECEBI A DOCUMENTAÇÃO
Em: 23/01/14
Horas: 10:10

ASSINATURA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS
ATA DA 211ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA



1 Aos dezenove dias do mês de abril de 2013, ocorreu a 211ª reunião ordinária do Conselho de
2 Administração do Instituto Estadual de Florestas, às 14:00hs, na Rua Espírito Santo, 495,
3 Centro, Belo Horizonte/MG. Contou com a presença dos seguintes membros: Adriana Francisca
4 da Silva – IEF; Henrique Augusto Reis – SEAPA, Igor Alexis de Souza Noronha – CRBio-04,
5 Fernando Sérgio Fogli – Crea MG, Maria Honorina Pereira Rocha – Representante servidores
6 IEF, Luiz Otávio de Lima Pereira – SETUR, Luiza Di Spirito Braga – SEPLAG, Luis Antônio
7 Coimbra Borges – UFLA, Maria Diná Gonçalves Pereira – SECTES e José Henrique Righi
8 Rodrigues – SEF. . Constatado o quórum regulamentar a Presidente em exercício na reunião,
9 Excelentíssima Adriana Francisca da Silva ministrou sobre os seguintes itens de pauta: 2.
10 Abertura pela Vice Diretora Geral do IEF Dra. Adriana Francisca da Silva que se apresenta
11 como a representante do Presidente do Conselho de Administração Dr. Adriano Magalhães
12 Chaves – Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de seu
13 secretário Executivo e Diretor Geral do IEF – Dr. Bertholdino Apolônio Teixeira Júnior, que
14 assumiu o a Diretoria Geral do IEF há 2 meses mas por um imprevisto solicitou desculpas pela
15 ausência devido a um imprevisto urgente Na abertura a Presidente em exercício, solicita
16 autorização a todos para a dispensa do hino nacional para agilidade dos trabalhos do Conselho e
17 prossegue com a pauta, Item 3 – Exame da Ata da 210ª Reunião Extraordinária Plenária de
18 06/12/2012, aprovada por unanimidade dos presentes. Item 4 – Exame dos demonstrativos de
19 receitas arrecadadas e despesas liquidadas do IEF relativas ao ano de 2012 com apresentação do
20 Superintendente de Contabilidade e Finanças Eduardo Henrique Alves de Paula, que se
21 apresenta e inicia a apresentação das contas do Instituto Estadual de Florestas, falando
22 rapidamente das receitas, despesas e principais gastos, explanando que no ano de 2012, tiveram
23 um crescimento da ordem de 25 por cento entre o que foi arrecadado pelo IEF em 2011 se
24 comparado com 2012, o resultado de receitas ficou da ordem de 155 milhões de reais, sendo que
25 em 2011 o IEF arrecadou 115 milhões e em 2010 76 milhões. Pode-se verificar claramente um
26 crescimento efetivo das receitas do IEF e basicamente proveniente da arrecadação das receitas
27 vinculadas, em especial da compensação ambiental – lei 9985; o IEF tem praticamente uma
28 manutenção na arrecadação da taxa florestal, onde obteve em 2010 32 milhões, 38 milhões em
29 2011, 41 milhões em 2012, um crescimento da ordem de 7% (sete por cento), recursos de
30 convênio, bastante variável, considerando a primeira informação, depende muito dos atos
31 vigentes na atual administração, onde houve um volume expressivo em 2012 com a assinatura
32 do PROMATA II, com ingresso de cerca de 1,6 milhões - 1,7 milhões, sendo que este recurso
33 será executado a partir dos próximos dias, a taxa florestal uma manutenção, alienação de bens,
34 que também é uma receita muito variável – depende da política, da necessidade imediata de se
35 desfazer de bens inservíveis, no ano de 2012, o IEF não teve operações desta natureza. A Taxa
36 de Controle de Fiscalização Ambiental, tem basicamente a manutenção da ordem de 1 milhão
37 destinada às ações do IEF. Recursos diretamente arrecadados que é a fonte 60, este sim, vem
38 apresentando um pequeno declínio, mesmo porque , o IEF vem passando dado à implantação do
39 Sisemanet e outras ações internas do meio ambiente, vem discutindo a questão, a metodologia
40 de cobrança das multas por infração à legislação ambiental, então esta receita teve uma queda e
41 o carro chefe que vem mudando a política de receitas do IEF é exatamente a vinculação com as
42 receitas de compensação ambiental e reposição florestal e da pesca. A compensação por
43 exemplo deu início há dois anos atrás com cerca de 4 milhões, em 2011 arrecadou quase 35



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS
ATA DA 211ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

44 milhões e chegando em 2012 com 64 milhões que fez com que a receita do IEF praticamente
45 dobrasse nos últimos 2 anos. A principal receita do IEF hoje está exatamente em receitas
46 vinculadas e em seguida as receitas dos recursos diretamente arrecadados na fonte 60. Do ponto
47 de vista de despesa, o IEF teve gastos da ordem de 91, 92 milhões em 2012. Ao verificar
48 podemos ver uma oscilação, pois em 2010 teve cerca de 103 milhões, 2011 – 81 milhões, 2012
49 – 91 milhões. Justificando-se em 2010 para 2011 a transferência de algumas atividades
50 existentes no âmbito do IEF para a SEMAD, como por exemplo o previncêndio e algumas
51 atividades de fiscalização, fazendo com que os gastos diretamente vinculados ao IEF
52 apresentassem uma queda de aproximadamente 103 milhões para 80 milhões. Já a variação de
53 2011 para 2012, tem por essência o crescimento provocado na folha de pessoal pela
54 incorporação da GEDAMA – 1ª parcela da GEDAMA. Se realizada uma leitura bem próxima,
55 despesa de pessoal, obteve um crescimento de 10 milhões de reais entre 2011 e 2012, outras
56 despesas correntes, houve um decréscimo, caindo de 37 milhões para 31 milhões, os
57 investimentos praticamente se mantiveram, geralmente 3 a 4 milhões, associado às obras que
58 envolvem as áreas de preservação ambiental dos parques e as inversões financeiras o que foi
59 repassado a título de regularização fundiária que vem sendo implementada com a receita da
60 compensação ambiental. Se analisarmos detalhadamente por ação de governo como ficaram
61 distribuídos estes 92 milhões praticamente no ano passado, tivemos cerca de 5 milhões
62 investidos no circuito turístico do Rota Lund, 7 milhões com gastos meios – planejamento,
63 gestão e finanças, contratos administrativos, operacionais; 1,700 milhões em apoio às unidades
64 regionais, o carro chefe do gasto que é a mão de obra, cerca de 50 milhões com pessoal e outro
65 gasto expressivo seria as ações de fortalecimento e gestão das unidades de conservação – o
66 gasto por ações estaria distribuído exatamente desta forma. A nível de elemento ou item de
67 despesa ainda de uma forma mais detalhada, teríamos 54% destinada a vencimentos, despesa
68 com pessoal, especificamente encargos complementares, expressivamente na locação de mão de
69 obra, já que o Instituto está há um bom tempo sem realizar concurso, que se encontra em fase de
70 planejamento este ano, temos vários contratos de manutenção principalmente de mão de obra
71 pra manutenção das unidades de conservação, cerca de 4 milhões com obras e instalações e o
72 que está na fonte 61, em destaque – aquisição de imóveis, seria a regularização fundiária das
73 áreas desapropriadas para constituição das áreas das reservas ambientais, dos parques e áreas de
74 preservação. Se fizermos um comparativo entre receita e despesa, verificamos que em 2010, na
75 situação do IEF, 76 milhões de receita e 103 milhões de despesa, gerando uma necessidade de
76 cobertura por parte do tesouro da ordem de 27 milhões, situação esta que se inverteu nos
77 exercícios de 2011 e 2012. A partir de 2011 já tivemos 115 milhões de receita, com a
78 implementação das receitas vinculadas de compensação e reposição e as despesas foram
79 reduzidas por causa das transferências de parte destes gastos para as atividades dentro da
80 Secretaria de Estado de Meio Ambiente, então o déficit que existia em 2010, de 27 milhões
81 reverteu-se para um superávit de 34 milhões em 2011 aumentando este superávit de 53 milhões
82 em 2012, verificando-se hoje na política de receitas e despesas envolvendo o Instituto Estadual
83 de Florestas é exatamente esta: uma geração maior de receitas do ponto de vistas de arrecadação
84 de recursos vinculados que há de ser adotado uma política de aplicação das receitas, uma
85 cobrança mais efetiva e uma estabilização do gasto na ordem de 80, 90 milhões;
86 especificamente em 2012, passamos com o superávit da ordem de 50 milhões, difíceis de se

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS
ATA DA 211ª REUNIÃO EXTRAODINÁRIA



87 falar não gastos, não investidos, mas sim para fins de aplicação futura, principalmente em
88 conservação, preservação e compensação ambiental. Aberto a perguntas e questionamentos,
89 conselheiro da Secretaria de Estado de Fazenda, José Henrique Righi Rodrigues, questiona se
90 todos os membros presentes estariam legalmente empossados. Na sequência a presidente em
91 exercício responde que todos estão representando legalmente suas instituições. Passado a
92 primeira questão, o conselheiro expõe que não recebeu as contas de forma analítica para análise,
93 questionando se algum conselheiro as recebeu, pois acredita que o consolidado não sirva de
94 base para a aprovação das contas. Expõe que os conselheiros devem ter acesso a um relatório
95 detalhado, esmiuçando nos termos em que normalmente são aprovados ou devam ser aprovados,
96 inclusive conforme instrução do Tribunal de Contas e em um segundo momento, acredita que
97 uma vez analisado este relatório os conselheiros teriam a outra reunião para fins de aprovação
98 ou impugnação ou não de determinados elementos no que se refere a questão das rubricas de
99 forma analítica e não sintética da forma que foi apresentada. O conselheiro expõe que não é
100 questão de que exista irregularidade ou não, mas para que os conselheiros aprovelem ou não
101 efetivamente com o que tem sido demonstrado. O Superintendente Eduardo explica que, o que
102 esta acontecendo é que a Superintendência Central da Contadoria Geral vinculada à própria
103 Secretaria da Fazenda implementou a partir de 2011, válido a partir de 2013 uma adequação de
104 sistema integrado de administração financeira - SIAFI, que por determinação do Conselho
105 Federal de Contabilidade está mudando o plano de contas voltado à contabilidade pública
106 brasileira para o plano de contas e esta implementação foi praticamente obrigatória para Estados
107 e União a partir de 2013, o Estado vem aplicando, gastando até muito com estas mudanças e
108 muitos destes relatórios que compõem a documentação que vai para o Tribunal de Contas, ainda
109 estão em fase de impressão final; que tem um prazo final para concluir a prestação de contas e,
110 embora tenha-se um instrumentos que é o próprio SIAFI, um extrator de dados que é o B.O. a
111 apresentação está sendo feitas em dados que é extraído do próprio sistema, porque o relatório
112 formal que é o próprio sistema que são balanços orçamentários, balanços financeiros, balanço
113 patrimonial que tem as contas, estão em fase de impressão pela Secretaria da Fazenda e
114 encaminhamento já nos próximos dias. Coloca ainda que é perfeito e mais que correto a
115 exigência da apresentação destes balanços e assim que os tiver, acredita que será encaminhado.
116 O conselheiro José Henrique comenta que, com relação aos dados, extraídos do sistema não há
117 que se fazer qualquer reparo, uma vez que está inserido no sistema e acredita que este relatório
118 seja uma reprodução de sistema. Em face disto, este não é seu questionamento e sim o
119 documento que lastreia o lançamento, seja para fins de escrituração nos termos do Conselho
120 Federal de Contabilidade, seja na nova inovação, a mudança de adequação da contabilidade
121 internacional, por exemplo, visualizou convênios, contratos, terceirizados e outros documentos,
122 que como conselheiro de outros conselhos, verificam-se determinadas inadequações, podendo
123 inclusive haver contratação de forma irregular, inexata. Não é o caso, que já pode participar de
124 reuniões de aprovação de contas onde determinado contrato ou convênio foi firmado e a
125 publicação do extrato do contrato publicada de forma equivocada inexata ou até inexistente. E
126 até para efeito de reforço, se ainda não existe a totalidade dos documentos, com mais razão
127 , então, os conselheiros não podem aprovar. O Superintendente de Contabilidade e Finanças
128 Eduardo Paula, esclarece que existem os documentos e o que atrasou foi a impressão destes
129 relatórios para fins de encadernação e envio e assinatura. Até porque o prazo para se fazer a

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS
ATA DA 211ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA



130 prestação de contas é complexo, o que aconteceu foi um atraso na impressão, provocados por
131 questões da SEF e Prodemge, envolve a impressão de todo o Estado, envolve a prestação de
132 contas governamental; que os relatórios começaram a ser enviados nos últimos dias e seria
133 impossível com o agendamento da reunião, estar de posse dos documentos propriamente dito,
134 encadernado e devidamente assinado pelo Dr. Bertholdino para fins de conhecimento. O
135 conselheiro José Henrique – SEFAZ explica que não seria nenhum balanço e sim os documentos
136 que compõem uma análise, seriam um objeto para o relatório final. O Sr. Eduardo esclarece que
137 o que compõe o relatório são os balanços, se houver a necessidade de outros documentos que
138 seja solicitado os relatórios de auditoria, ou parecer da própria controladoria geral. Que o existe
139 a instrução do Tribunal de Contas, que compõem um balanço que normalmente se compõem
140 em aproximadamente 500, 600 páginas. O conselheiro explica ainda que se porventura
141 aprovarem o consolidado, estarão aprovando a forma em detrimento da substancia, que cai por
142 terra, uma vez que em face da aprovação do Conselho, os mesmos poderão um dia, responder de
143 forma pessoal. A presidente interrompe o debate, para adiantar o assunto e sugere que as contas,
144 sejam elas de 500 páginas para os conselheiros e validação na próxima reunião e deixa
145 registrado então que todos os documentos serão enviados e que o IEF não tem nenhum
146 problema em expor as contas, que estão seguros do que foi apresentado. Todos estando de
147 acordo, decidem por esta maneira, com uma reunião extraordinária a ser agendada. Agradece ao
148 Superintende de Contabilidade e Finanças e coloca em votação o pedido de vistas que é
149 aprovado por todos os conselheiros o recebimento do material para análise. Item 5 da pauta
150 Exame e aprovação dos processos para criação das seguintes RPPNs: 4.1 - RPPN Mata do
151 Confisco, RPPN da Pedra Branca; RPPN Retiro das Vertentes; RPPN Canoa Vale dos Ipês;
152 RPPN Grota da Serra I; RPPN Grota da Serra II; RPPN Grota da Serra III. A presidente propõe
153 a votação em bloco, caso todos os conselheiros concordem ou caso algum conselheiro queira
154 colocar destaque em algum item, o documento está para ser apresentado. Os conselheiros
155 Henrique – SEAPA, Igor Noronha – CRBio 04, Maria Honorina – IEF, Fernando-Crea MG, José
156 Henrique – SEFAZ, Luís Antônio – UFLA, Luiza – Seplag, Maria Diná – Sectes, Luiz Otávio –
157 SETUR optam pela apresentação das RPPN's que é feita pela servidora Livia Martins, da
158 Diretoria de Áreas Protegidas – IEF, representando o Diretor Leonardo Cardoso Ivo. A
159 presidente da sessão abre requer manifestação por parte de algum proprietário ou procurador de
160 alguma RPPN apresentada. O Sr. Ranulfo, engenheiro agrônomo e procurador do proprietário
161 da Mata do Confisco, expõe que é de seus interesse manter na área de Contagem, em pleno
162 centro, quase no bairro Cabral uma área tão expressiva de quase 32 hectares. Explica que é de
163 seus interesses que o projeto de RPPN fosse aprovado a área verde e deixa claro que a Mata do
164 Confisco, começou a história de Contagem ali e por isso a importância de ser preservada. A
165 presidente lembra aos conselheiros que a RPPN é um ato voluntário pela Lei do SNUC como
166 bem colocado na apresentação, é uma ferramenta importante de preservação, pois é um ato
167 particular, mas que soma aos trabalhos das unidades de conservação que o estado mantém como
168 uma forma importante de manter a biodiversidade, de formar grandes mosaicos, que o estado
169 tem visto uma excelente trabalho dos particulares por amor à questão de proteção e perpetuar
170 esta questão de alguma forma. Que é um trabalho interessante, que o estado sabe os custos que o
171 proprietário tem para implantar de acordo com as normas do SNUC e manter também, que é
172 uma complexidade. Que o estado tem outros programas como o bolsa verde como incentivo